



Licença para embarcações de pesca Estrangeiras

**Licença nº 05/OPAGAC-MADRID/2015**

Nos termos do artigo 16º do Decreto-Lei nº 53/2005, de 8 de Agosto e do artigo 2º do Decreto nº 97/87 de 5 de Setembro, a embarcação cujas características se discriminam, é autorizada a exercer actividades de pesca no espaço marítimo sob jurisdição nacional, nas condições seguintes:

- 1- Nome do armador CALVOPESCA EL SALVADOR, S.A.
- 2- Endereço do armador CALLE LOMA LINDA Nº 251, COLONIA SAN BENITO,  
SAN SALVADOR, EL SALVADOR MADRID
- 3- Nome do representante do armador POLAR, LDA
- 4- Nome do capitão JUAN TOMAS ORTUBE
- 5- Nome da embarcação MONTELAPE
- 6- Ano e local de construção 1981 ITALIA
- 7- Nacionalidade do pavilhão EL SALVADOR
- 8- Porto de matrícula LA UNIÃO
- 9- Tipo de embarcação ATUNEIRO - CERCADOR
- 10- Comprimento (f.f.) 78,10 M
- 11- Arqueação bruta 2.058 T
- 12- Capacidade do porão 1.558,93 M³
- 13- Capacidade de refrigeração ou congelação 90 T/24H
- 14- Tipo e potência do motor 3964 WH16V25
- 15- Artes de pesca REDE DE CERCO
- 16- Número de tripulantes 25
- 17- Marcas de identificação AZUL ESCURO-
- 18- Operações de Pesca Autorizadas PESCA DE TUNIDEOS COM REDE DE CERCO
- 19- Zonas de pesca PARA ALÉM DAS 18 MILHAS A CONTAR DAS LINHAS DE BASE



20- Espécies cuja captura é autorizada TUNIDEOS (atum-albacora (Thunnus albacares),  
atum-patudo (Thunnus obesus), gaiado (Katsuwonus pelamis)

21- Direitos de pesca OS PREVISTOS NESTA LICENÇA

22- Condições especiais: A presente licença é concedida sob duas condições cumulativas e *sine qua non*, sob pena da mesma ser automaticamente retirada, sem qualquer compensação, a saber:

- a) A embarcação não deverá constar da lista das embarcações de pesca INN da União Europeia, da ICCAT e de outra organização regional de pesca;
- b) O Estado de bandeira da embarcação não deverá constar da lista de países terceiros não cooperantes com a União Europeia no âmbito da luta contra a pesca INN.

23- Período de validade 01 DE OUTUBRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

24 – Ainda, o Armador/Capitão obriga-se a:

- a) Cumprir a Legislação Pesqueira Nacional, o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, as recomendações da ICCAT, da FAO, compromissos de garantia de sustentabilidade assinados e Contrato em vigor;
- b) Cumprir as cláusulas do Decreto Lei nº 32/2012, de 20 de Dezembro, Introduz o sistema de monitorização contínua dos navios por satélite, Vessel Monitoring System (VMS), e estabelece as regras e princípios da sua aplicação;
- c) O Capitão deve inscrever todos os dias no diário de pesca a quantidade de cada espécie, identificada pelo código FAO alfa-3, capturada e conservada a bordo, expressa em quilogramas de peso vivo ou, se for caso disso, em número de indivíduos, de forma legível e em letras maiúsculas. Para cada espécie principal, o capitão deve mencionar igualmente as capturas nulas;
- d) Transmitir os diários de pesca às autoridades de Cabo Verde para os Endereços Electrónicos em Anexo, sem prejuízo do estabelecido no Contrato em vigor;
- e) Notificar com uma antecedência mínima de seis horas relativamente à entrada e saída do navio na ZEE de Cabo Verde;
- f) Embarcar marinheiros e observadores cabo-verdianos de acordo com o Contrato em vigor;
- g) Dispor de uma cobertura de seguro adequada e completa para o seu navio, por uma seguradora internacionalmente reconhecida, que lhe permita assumir todos os prejuízos dos eventuais acidentes ou incidentes marítimos em Cabo Verde de que resulte poluição e qualquer outros danos para o ambiente;
- h) Não capturar espécies proibidas nomeadamente, Manta (*Manta birostris*), tubarão-frade (*Cetorhinus maximus*), tubarão-de-são-tomé (*Carcharodon carcharias*), tubarão-raposo-olhudo (*Alopias superciliosus*), tubarões-martelo da família Sphyrnidae (com exceção do *Sphyrna tiburo*), tubarão-de-pontas-brancas (*Carcharhinus longimanus*), tubarão-luzidio (*Carcharhinus falciformis*) e tubarão-baleia (*Rhincondon typus*);
- i) Proibido remover as barbatanas dos tubarões;
- j) Proibido fazer transbordo no mar;
- k) Proibido a utilização dos navios de apoio sem a autorização das autoridades Cabo-verdianas.
- l) Entrar ao Porto do Mindelo, em Cabo Verde, para desembarcar pescado e fornecer matéria-prima às indústrias nacionais de transformação de pescado, pelo menos 4 vezes por ano.

Praia, 30 de Setembro de 2015

**A Ministra das Infraestruturas e Economia Marítima**

Sara Maria Duarte Lopes

